

## **Mapear para Planejar e Planejar para Transformar: A importância do diagnóstico nos planos de cultura**

Kátia Costa<sup>1</sup>

Luana Vilutis<sup>2</sup>

Segundo Paulo Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, ou seja, antes de uma pessoa ser alfabetizada e aprender a decodificar um texto, ela experimenta o contexto, vive a realidade, compreende seus signos e códigos, lê e interage com o mundo. Na perspectiva da educação libertadora, a leitura do mundo é uma estratégia pedagógica e condição necessária para a transformação

.....

1. Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Universidade Federal da Bahia (CULT/UFBA). Pesquisadora da Rede Latino-americana de Políticas e Gestão Cultural. É contedista e orientadora teórico-metodológica do Projeto de Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem a Distância realizado em parceria entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Bahia. E-mail: katiacosta.cult@gmail.com.

2. Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural e integra o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Universidade Federal da Bahia (CULT/UFBA). É contedista e tutora da Formação para Elaboração de Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem a Distância realizada pela Escola de Administração da UFBA. E-mail: luanavilutis@gmail.com.

da realidade. Ela pressupõe o exercício permanente do diálogo onde as múltiplas leituras são compartilhadas e problematizadas. É por meio dessa convivência e interação com a diversidade que o conhecimento da realidade é construído e torna-se possível a sua transformação.

Podemos identificar que esse legado freiriano não diz respeito apenas a processos de alfabetização e também apresenta importantes contribuições para a prática do planejamento na área cultural. A leitura da realidade representa um primeiro passo para a projeção de ações de intervenção na sociedade. A apreensão da diversidade cultural existente em um determinado território; o reconhecimento de seus desafios e potencialidades; a compreensão de necessidades, vocações e hábitos dos atores sociais e a infraestrutura existente para atender essas demandas, são alguns dos aspectos-chave para serem contemplados em um exercício de planejamento da cultura.

Veremos aqui como os planos de cultura podem trabalhar essas questões e quais ferramentas existem para a realização dessa leitura de mundo. Compreender o papel do diagnóstico no processo de elaboração de planos de cultura é um dos objetivos propostos neste trabalho, bem como conhecer alguns caminhos para o desenvolvimento desses diagnósticos. Serão relatadas algumas estratégias utilizadas por alguns municípios na etapa do diagnóstico cultural, as quais integraram a metodologia desenvolvida nessas localidades para a elaboração dos seus Planos Municipais de Cultura (PMC).

## **Introdução**

Para iniciar esse percurso, é fundamental situarmos a importância da produção de informações e indicadores para as políticas culturais. No Brasil, identificamos uma profunda fragilidade tanto na produção quanto na difusão de dados culturais. Ao mesmo tempo em que pesquisas e levantamentos ocorrem de maneira sazonal, esparsa e instável, sem uma preocupação em estabelecer análises comparativas ou séries históricas, temos dificuldades com o acesso e a transparência desses conteúdos. É recorrente encontrarmos municípios e

órgãos públicos de cultura sem informações sobre resultados de conferências públicas realizadas em seu território em gestões anteriores. Muitas vezes essas informações são intencionalmente perdidas em mudanças de gestão, sendo recuperadas por conselheiros de cultura, pessoas ou instituições da sociedade civil que participaram desses processos e guardaram a memória produzida. Esse é um exemplo que revela um ponto crítico a ser superado para a elaboração de um plano de cultura. Ele expressa também como a produção e o acesso à informação tem relação direta com a participação social e o exercício da democracia. Quanto maior a participação na produção e difusão de dados e informações, mais difícil será seu esquecimento.

A discussão do direito à cultura também compõe o pano de fundo desta reflexão. Partimos da compreensão de que a cidadania cultural e o direito à cultura são pressupostos que garantem a pluralidade da criação cultural e seu alcance está diretamente relacionado com o direito à cultura. As quatro dimensões do direito à cultura contempladas pela cidadania cultural, segundo Marilena Chauí (2006), abarcam o direito à fruição cultural; à produção cultural; à participação na vida cultural da comunidade e o direito à informação. Este último aborda o direito à comunicação e à informação relativa aos serviços culturais e tem relação direta com a possibilidade de produção desses dados e informações, e com a fruição dos bens e serviços culturais. O direito à informação cultural também envolve a formação cultural, artística e política, bem como a participação democrática nos espaços para reflexão, debate, crítica e transmissão da cultura. Vemos que a produção e o acesso às informações culturais representam um direito fundamental e estabelecem relação direta com a democracia cultural.

Ao refletirmos sobre o direito à cultura no Brasil, é indispensável apontar os instrumentos legais que contribuem para a ampliação de seu alcance e o fortalecimento de sua efetividade prática. Como nosso foco aqui são os PMCs, introduziremos uma reflexão sobre os sistemas culturais dos quais os planos são peças-chave. A intenção é construir uma abordagem sistêmica e ao mesmo tempo territorial do diagnóstico cultural situada no âmbito do planejamento público.

Os sistemas de cultura são formados por um conjunto de mecanismos que buscam assegurar a institucionalidade das políticas culturais e organizar o seu planejamento público. Planos, conselhos, conferências, financiamento, formação, dados e indicadores são alguns de seus componentes e todos possuem relação direta com o diagnóstico cultural. A autonomia e a interdependência dos elementos que constituem esses sistemas oferecem um caráter sistêmico e visam consolidar um processo de continuidade às políticas públicas de cultura no Brasil. Essas, por sua vez, vêm cumprir o propósito de buscar garantir os direitos e a cidadania cultural, num processo participativo de fortalecimento do caráter democrático e federativo realçado na Constituição brasileira.

O desafio de implantação do Sistema Nacional de Cultura se apresenta pela relevância de construção de convergência entre forças e ações estruturais desencadeadas pelo conjunto dos entes federados, cuja finalidade é atender a sociedade, oferecendo condições para que a cultura se desenvolva, considerando a sua tridimensionalidade: simbólica, cidadã e econômica. A ideia central, portanto, é promover a participação social e a diversidade cultural. Pretende-se, com isso, alcançar um Estado democrático, onde a cultura se consolide como aspecto essencial do desenvolvimento local, podendo ainda obter reflexo e projeção em âmbitos nacional e/ou internacional.

Um sistema integrado, que tem como princípio a diversidade cultural, exige sobremaneira o reconhecimento das distintas expressões culturais. Sendo assim, destacamos aqui a importância de um mapeamento da cultura, visando o reconhecimento da imensa diversidade cultural, o que não é possível se não tivermos os municípios como componente central na construção dessas políticas. Um processo que se desenvolve especialmente pela construção compartilhada de compreensões acerca das variadas formas como a diversidade se expressa em um determinado território, considerando suas características e dinâmicas geográficas, políticas, sociais e econômicas.

Um diagnóstico ancorado por estratégias participativas de levantamento, organização e sistematização de informações e dados sobre o contexto cultural municipal se apresenta como instrumento fundamental para o reconhecimento

da cultura em toda a sua diversidade, oferecendo insumos para uma projeção de mudanças necessárias para o desenvolvimento.

Compreendemos o diagnóstico cultural como uma condição preliminar para se iniciar um processo de mudança no cenário cultural, demandando sistematicamente atualização de dados e informações e podendo ainda se configurar como o passo inicial para a construção e implantação de estratégias e ações que visem a transformação do cenário atual. Ele conduz a um processo de identificação de aspectos que permeiam o contexto da cultura, tratando fragilidades, obstáculos e potencialidades, os quais podem produzir desafios a serem superados em curto, médio e longo prazos. No campo da cultura, em especial atenção ao processo de implantação de planos de cultura, tem-se como ponto de partida a realização do diagnóstico cultural.

As mudanças pretendidas para se alcançar uma transformação no campo da cultura requerem uma mudança de comportamento dos sujeitos e das instituições, cabendo então construir novos paradigmas para uma compreensão alargada sobre a cultura e sua diversidade de expressões, com suas distintas formas de manifestações. Para tanto, é necessário que haja compreensão da cultura como direito, tendo o Estado um papel de incentivador e promotor das políticas públicas de reconhecimento e valorização da diversidade cultural.

Considerando esses pontos, o diagnóstico cultural participativo assume um lugar central para o reconhecimento das práticas culturais, bem como alicerça as políticas públicas de valorização, proteção, difusão e promoção da diversidade cultural.

## **Planos de cultura e diversidade cultural**

O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um instrumento de planejamento que busca fortalecer políticas públicas de cultura por meio de metas e ações. Instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, o PNC tem uma preocupação transversal e constante com o diagnóstico da diversidade cultural

brasileira, o que aparece conectado à importância de uma atuação integrada entre União, Estados e Municípios para a realização de levantamentos e pesquisas.

A institucionalidade da cultura no Brasil requer, entre outros fatores, o reconhecimento da cultura em suas múltiplas formas de expressão. Esse reconhecimento e a sistematização de dados e informações visam, sobretudo, a possibilidade concreta de se instituir políticas públicas para o setor cultural, de forma complementar e eficiente entre os entes federados e a sociedade civil.

Adotar metodologias relativas ao planejamento público é fator determinante para a institucionalidade das políticas públicas. Planejar sobre o campo da cultura é criar condições para o florescimento das expressões culturais; é instituir uma nova governança das ações públicas para o setor; é contribuir para um entendimento mais abrangente e plural acerca do desenvolvimento cultural. É apostar no aprofundamento da democracia.

Estabelecer padrões de cadastramento, mapeamento e síntese de informações culturais nas três esferas da federação, a fim de orientar a coleta de dados relacionados à gestão, à formação, à produção e à fruição de obras, atividades e expressões artísticas e culturais é uma necessidade de fortalecimento da função do Estado na institucionalização das políticas culturais que o PNC busca atender. No âmbito da produção de dados, indicadores e informações, essa articulação federativa impõe a exigência de haver sistemas de informação integrados, que possam ser mutuamente alimentados e pesquisados, evitando a fragmentação e a dispersão de conteúdo. O uso de softwares livres para a criação dessas bases de dados é uma alternativa muito útil ao permitir sua ampla difusão e livre utilização pelos diferentes entes federados e organizações da sociedade civil. O software livre possibilita a conexão entre essas bases de dados e o seu mútuo aprimoramento, porém no Brasil não há uma ampla difusão de seu uso e desenvolvimento.

Embora as ações de mapeamento sejam transversais no PNC, sua principal ênfase está no âmbito do reconhecimento e da valorização da diversidade cultural, étnica e regional brasileira. Ações de mapeamento, documentação e preservação das terras das comunidades quilombolas, indígenas e outras

comunidades tradicionais, com especial atenção para sítios de valor simbólico e histórico constituem preocupação urgente e necessária no âmbito das políticas culturais. O mapeamento e a realização de inventários e ações de difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural são outras ações fundamentais também previstas no documento nacional, o que requer o envolvimento de diversos atores em uma rede de cooperação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais, instituições privadas, meios de comunicação e demais organizações civis.

Ainda no que diz respeito às estratégias e ações voltadas à diversidade cultural, mencionamos a importância de promover o mapeamento dos circuitos de arte digital e de sua interação com os circuitos tradicionais de produção artística e cultural. O mapeamento do potencial turístico cultural também é uma ação com profunda relação com a promoção do desenvolvimento sustentável.

A transversalidade da cultura exige a projeção de políticas públicas intersetoriais que combinem diferentes áreas do conhecimento, esferas de poder e pastas da administração pública. A baixa articulação intersetorial também é um desafio a ser enfrentado e superado se queremos elaborar planos municipais de cultura efetivamente abrangentes e propulsores do desenvolvimento cultural.

O diagnóstico cultural, entre outros aspectos, favorecerá a implementação de projetos transversais que potencializem ações integradas entre os setores da administração pública, a exemplo de ações de formação, que podem envolver cultura, educação, comunicação, meio ambiente, desenvolvimento e demais pastas. A formação dos atores sociais, agentes culturais e da sociedade em torno do fazer cultural é uma das bases fundamentais para a construção da cidadania cultural e do fortalecimento da cultura nos territórios. Essas ações podem congregam recursos de diferentes fontes de forma complementar para o desenvolvimento dessas ações atingindo diferentes objetivos e construindo bases sólidas em função da garantia dos direitos fundamentais, dentre eles o direito à cultura. A investigação sobre o panorama cultural local não só subsidiará a formulação de planos de desenvolvimento como contribuirá para uma gestão

cultural comprometida com os interesses locais, oportunizando a construção de processos participativos.

A terceira meta do PNC prevê a realização de uma cartografia da diversidade das expressões culturais brasileiras em todo o território nacional até 2020. A produção desse mapa deve abarcar as expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil, além dos vários segmentos da diversidade cultural, étnica, etária, sexual, de gênero, de origem e formação existentes. O monitoramento do alcance dessa meta tem sido feito a partir do cálculo da porcentagem de municípios com informações disponíveis no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Segundo essa previsão, a meta foi plenamente alcançada, uma vez que ela prevê 70% dos municípios com informações no SNIIC em 2020 e, segundo monitoramento do Ministério da Cultura, em 2016 o SNIIC abarcou dados de 139% dos municípios brasileiros.<sup>3</sup>

Entretanto, é de fundamental importância refletirmos acerca do alcance desses dados e dessa plataforma. Certamente o potencial político pedagógico de um mapeamento não reside em um repositório de dados e informações, mas sim em processo de sistematização, estudos e pesquisas seriadas, uma prática continuada de ação-reflexão-ação. A cartografia da diversidade cultural brasileira não pode se restringir a uma fotografia das práticas culturais que os municípios identificam relevante cadastrar no Sistema. Ela tem muito mais aderência, pluralidade e representatividade se pensada e trabalhada em seu movimento, como um filme, com nuances, contradições, complexidades, histórico e contexto das práticas da diversidade cultural. Em suma, com o envolvimento e a participação dos sujeitos responsáveis por essas práticas culturais, contemplando suas vozes, olhares e visões de mundo.

A realização do diagnóstico é atividade essencial para se estruturar as demais etapas de um planejamento. A partir de um mapeamento, o diagnóstico promoverá o conhecimento sobre a realidade sobre a qual se quer incidir, portanto é fundamental que seja estruturado de modo multidisciplinar, associando

.....  
3. Dados disponíveis em: <http://pnc.culturadigital.br/metacartografia-da-diversidade-das-expressoes-3-culturais-em-todo-o-territorio-brasileiro-realizada/> e SNIIC: <http://sniic.cultura.gov.br/>

os diferentes aspectos que compõem a vida em sociedade - econômica, social, cultural, ambiental, geográfica, tecnológica e institucional - buscando relacionar problemas e capacidades produtivas locais, identificando vocações e aquilo que precisa ser fortalecido ou impulsionado. É a partir da análise crítica dos dados e informações levantados no mapeamento que se torna possível consolidar um diagnóstico que identifique e aponte novas perspectivas para os avanços necessários a um desenvolvimento local sustentável.

Buscamos aqui realizar uma reflexão acerca do contexto em que se insere um diagnóstico no processo de elaboração de um plano municipal de cultura para nos ajudar a compreender a importância de um diagnóstico participativo. Quando falamos de participação na elaboração de diagnósticos e planejamentos, não podemos perder de vista que nesse processo há uma divisão de poder, onde as partes são responsáveis pelo controle sobre a execução e avaliação de resultados, há disputas e interesses diversos, muitas vezes há conflitos e, de modo geral, há divergências. O planejamento público participativo requer assumir os riscos de forma conjunta que envolvem decisões e responsabilidades sobre os resultados pretendidos. Esse processo é fruto de uma arena de negociação que envolve o poder público e a sociedade civil, os quais possuem diferentes visões sobre a realidade cultural local que, quando confrontadas, produzem complementaridades, mesmo compreendendo ser este um lugar de contradições. Nesse contexto, o exercício da escuta e da mediação são indispensáveis, pois sendo a cultura o campo das subjetividades, sugerimos cuidar para que a criatividade seja um elemento favorável e não um problema para o processo.

Há no Brasil a necessidade de qualificar a informação da cultura, realizar pesquisas que nos permitam compreender as vocações, motivações, hábitos e aspirações dos atores do campo cultural (artistas, gestores, pesquisadores, cidadãos etc.), bem como identificar oportunidades, potenciais e fragilidades da cultura e das artes, subsidiando políticas mais consistentes. Além de dados qualitativos, a política cultural brasileira se ressentida de indicadores, estatísticas e dados quantitativos que permitam mensurar tanto os impactos de políticas quanto

as demandas e ofertas de bens e serviços culturais, bem como as contribuições dos diferentes setores das cadeias produtivas da cultura. O reconhecimento da cultura para fora da área cultural depende dessa produção de conhecimento tanto específica quanto qualificada.

Segundo Isaura Botelho (2001), para que as políticas culturais sejam eficazes é necessário ir além de mapeamentos da produção cultural, e desenvolver mecanismos capazes de mapear e analisar o universo da recepção, produzir conhecimento sobre a efetiva vida cultural da população. Por vida cultural, a autora entende o conjunto de práticas e atitudes que têm uma incidência sobre a capacidade humana de expressão, de se situar no mundo, de criar seu entorno e de se comunicar. A vida cultural não trata apenas da ocupação do chamado tempo livre e do dispêndio de dinheiro, mas comporta também atitudes em períodos em que o que domina não parece ser cultural, como por exemplo o tempo do trabalho e o do transporte. Isaura ainda reforça a importância de realizar pesquisas periódicas, o que permite análise serial e o questionamento das estratégias e ações públicas governamentais.

Vemos assim que o desafio metodológico de mapear é grande e, fundamentalmente, que não há apenas um tipo de diagnóstico a ser feito, mas este precisa ser adaptado e traduzido de acordo com as especificidades do território em que se quer cartografar. Diversos aspectos variam de um local para outro, de uma prática para outra, de um município e território para outro. A única recomendação comum a todos os locais e experiências é a premissa da participação. A realização de diagnósticos participativos é o que confere legitimidade, transparência, territorialidade, diversidade e autenticidade aos planos de cultura. Quanto maior a representação e o envolvimento da comunidade na elaboração dos diagnósticos de cultura, maior coerência e legitimidade estes terão. Falaremos disso mais adiante, agora conheceremos alguns meios de construção de diagnósticos que façam a tradução da realidade em dados, números e cifras tangíveis, mas também contemplem a dimensão intangível, subjetiva, apreendida a partir de outras abordagens e da identificação de indicadores qualitativos.

## MAPAS CULTURAIS

Uma reflexão sobre políticas públicas de mapeamento de informações e indicadores culturais não pode deixar de abordar o software livre Mapas Culturais e considerar todo o histórico de ações públicas que fomentaram e orientaram esta iniciativa, bem como as experimentações com software livre, mapeamento e plataformas colaborativas que inspiraram a sua realização ao longo dos anos<sup>4</sup>.

O Mapas Culturais é um software livre desenvolvido a partir de 2013 inicialmente por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e o Instituto TIM que, em 2015, também passou a ser utilizado pelo Ministério da Cultura para alimentação do SNIIC. Trata-se de uma ferramenta de governo voltada para o mapeamento colaborativo da cultura, com georreferenciamento de equipamentos e espaços culturais, programações e eventos, editais de seleção, projetos e agentes culturais. A alimentação do sistema pode ocorrer tanto pelo poder público quanto pela população em geral, com cadastros individuais e coletivos.

O Mapa da Cultura é um dos pilares do SNIIC, voltado ao mapeamento da diversidade cultural brasileira. O SNIIC também reúne o portal de dados abertos, o portal de indicadores e um repositório de publicações, além de possuir uma taxonomia e ontologia próprias. O Mapa da Cultura está integrado a outras bases de dados do MinC, como as informações dos pontos de cultura da Rede Cultura Viva, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Cadastro Nacional de Museus (Museusbr). A proposta de integração entre essas diferentes bases de dados é algo realmente necessário e que requer uma articulação interinstitucional desafiadora dos limites das políticas culturais no Brasil. Sua implementação enfrentou dificuldades nesse sentido e seu potencial não foi amplamente desenvolvido.

Devido à livre possibilidade de uso e customização, a ferramenta de Mapas Culturais passou a ser utilizada por diversos municípios. Além de São Paulo, cidades como Blumenau, São José dos Campos, Sobral, João Pessoa, Santo André e Belo Horizonte também implementaram a plataforma de mapeamento colaborativo. Em âmbito estadual, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso e Distrito Federal também o fizeram. Devido à descontinuidade administrativa algumas plataformas encontram-se fora do ar.

Fonte: Elaboração das autoras.

## Insumos do diagnóstico – análises e projeções

Um diagnóstico é fruto de um processo que vai desde a coleta até o tratamento de dados e informações, alicerçados por pesquisas e avaliações, que levarão a análises críticas, combinando aspectos quantitativos e qualitativos que subsidiarão novas tomadas de decisão sobre uma transformação do cenário local. O que se pretende com um diagnóstico cultural é conhecer as dinâmicas culturais e os fatores que limitam ou potencializam o desenvolvimento do

.....  
4. Uma reflexão sobre esse histórico pode ser encontrada em Mapas Culturais: <https://culturaecomunicacao.com.br/2016/09/23/mapas-culturais/>

município, a partir de uma construção compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, com vistas à formulação e implantação de políticas públicas verdadeiramente democráticas. O diagnóstico participativo contribui para um entendimento sobre a situação atual, para diagnosticar problemas que bloqueiam o processo de desenvolvimento, mas também para sinalizar caminhos possíveis para a superação de desafios.

Existem vários insumos para a elaboração de diagnósticos culturais dos planos municipais. As demandas extraídas das conferências de cultura são fonte relevante de informação e necessitam sistematização, pois, “ao propor ações, os conferentes podem também expressar desejos de como uma política pode ser formulada ou conduzida” (BRITTO, 2017, p. 19). Neste caso, a autora sugere que o resultado das conferências seja analisado a partir de duas óticas: (i) o que traduz? Quando a proposta indica ação concreta a realizar ou política pública; e (ii) qual é o foco temática a que está relacionada? Como demonstra o quadro abaixo:

**Quadro 1**

Enunciado	O que traduz	Foco Tema
1. Desenvolver política de valorização dos monumentos, museus, espaços públicos e bibliotecas (integração do patrimônio material e imaterial); criação de um espaço cultural/casa de cultura.	- Política pública - Ação	- Patrimônio - Espaços Culturais
2. Editar semestralmente a revista Nossa Cultura, com o objetivo de divulgar a Produção Cultural de Canavieiras	- Ação	- Editorial - Divulgação Cultural
3. Trabalhar a política cultural de forma transversal, integrada com a política de educação, com programas de cultura, esporte, saúde, meio ambiente, turismo, segurança pública, desenvolvimento econômico e social, promovendo a integração do setor público e da iniciativa privada desta área para fortalecimento da política pública do município de Canavieiras; criação de programas de incentivo ao circo, teatro e promoção de apresentação artísticas.	- Política pública - Ação	- Transversalidade - Integração Institucional - Incentivo cultural

Fonte: Britto, 2017, p. 19.

A análise proporcionará relações e conexões entre diferentes aspectos que farão com que se tenha uma visão clara e real sobre as dinâmicas culturais. É preciso adotar metodologia que ajude a sistematizar tais informações levando em conta as cadeias produtivas da cultura - produção, difusão, formação, fomento, criação, fruição, pesquisa - e outros aspectos tão importantes que certamente surgirão no decorrer do trabalho, pois como dissemos, não podemos deixar de lado as especificidades culturais de cada lugar.

Tomando alguns exemplos dispostos na tabela, a partir de uma breve e superficial análise podemos experimentar extrair fragilidades e potencialidades municipais. Se há demanda por criar uma política de valorização de monumentos e espaços de cultura, como museus e espaços públicos (ver Enunciado 1 - Quadro 1), podemos afirmar haver um descuido ou uma má qualidade em relação às estruturas e à funcionalidade dos equipamentos públicos e culturais municipais ou mesmo uma ausência de espaços destinados especificamente para o desenvolvimento de atividades culturais. Como potencialidade, facilmente identificamos o tema da transversalidade da cultura como algo a ser impulsionado, pois como foi descrito no terceiro enunciado da Tabela 1, entende-se que existem outras políticas municipais que estabelecem interface com a cultura e que para o fortalecimento das políticas públicas é necessário potencializar ações e projetos transversais. As propostas das conferências permitem o reconhecimento dos anseios e necessidades da sociedade; quando analisados em conjunto, permitirão orientar as diretrizes, objetivos, metas e ações das políticas locais expressas no PMC.

## SÃO PAULO/SP – Das conferências de cultura ao plano municipal

A elaboração do PMC São Paulo teve como principal insumo o acúmulo sistematizado de suas conferências municipais de cultura. Em 2013 foram organizadas pré-conferências regionais de cultura no município e no mês de agosto desse ano foi realizada a 3ª Conferência de Cultura de São Paulo: Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Municipal de Cultura. A conferência foi fruto de uma ampla mobilização e contou com a participação dos mais diversos grupos e segmentos culturais, muitos dos quais não eram institucionalizados e participaram pela primeira vez de espaços participativos como esse.

Na Conferência foram estabelecidas 30 prioridades dos setores culturais para a política pública municipal, organizadas nos quatro eixos da conferência (Sistema Nacional de Cultura; Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Cidadania e Direitos Culturais; Cultura e Desenvolvimento). Esse material subsidiou o diagnóstico do PMC e orientou a formulação de metas e ações do Plano que atendeu o conjunto das propostas da Conferência.

A demanda por mapeamento de práticas, grupos, espaços e iniciativas culturais foi muito recorrente na Conferência, constituiu uma pauta de expressividade transversal, com propostas nos seus quatro eixos. O trabalho de registro e sistematização das propostas da Conferência resultou em uma publicação<sup>5</sup> que subsidiou a formulação inicial do documento do PMC disponibilizado para consulta pública com um diagnóstico da institucionalidade da política cultural municipal<sup>6</sup>. A versão final das metas e ações do PMC<sup>7</sup> atende ao conjunto das propostas da Conferência e faz referência a cada uma delas. Isso revela a trajetória da demanda da Conferência à formulação da ação pública no instrumento de planejamento da política municipal.

Fonte: Elaboração das autoras.

Além das conferências de cultura existem outros espaços e propostas para ampliação do debate e coleta de insumos para o diagnóstico cultural, como as reuniões dos fóruns e câmaras setoriais, audiências e consultas públicas e os ambientes virtuais de participação. Vários são os instrumentos e metodologias que podem ser utilizados para o desenvolvimento da etapa de diagnóstico, como grupos de trabalho com aplicação de questionários específicos para cada uma das temáticas ou linguagens e setores culturais, exposição das demandas e validação das propostas, pesquisas sobre modos e formas de atuação de cada segmento ou expressão, realização de cadastros culturais, pesquisas intersetoriais para coleta de informações sobre hábitos e gostos culturais, bem como criação de ferramentas digitais de interação com a sociedade.

5. [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3ConfPublicacaoPDF\\_1402497067.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3ConfPublicacaoPDF_1402497067.pdf)

6. <https://drive.google.com/file/d/0ByYjsHujRenMDZiaGIMekZsTnM/view>

7. [http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/PMC\\_FINAL.pdf](http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/PMC_FINAL.pdf)

Para uma melhor compreensão de tais possibilidades vamos citar algumas experiências realizadas em municípios cujo objetivo foi o de ampliar a participação social no processo de elaboração de seus planos de cultura, com ênfase exatamente na etapa do diagnóstico cultural.

**FORTALEZA/CE – Coleta de dados e informações sobre a cultura local para PMC**

O I Seminário de Alinhamento Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Cultura de Fortaleza realizado no primeiro semestre de 2012 teve como objetivo central a coleta de dados e informações sobre as dinâmicas culturais do município. Também serviu ao objetivo de sensibilizar e mobilizar a comunidade cultural, os gestores públicos e a sociedade em geral. Para a coleta dos dados e informações sobre a cultura local, foram elaborados quatro questionários que forneceram informações sobre os segmentos culturais e as políticas em andamento, destacando suas fragilidades e potencialidades:

(a) Questionário Diagnóstico das Linguagens: Voltado ao levantamento histórico dos segmentos culturais, levantando informações sobre as atividades desenvolvidas a partir das práticas culturais exercidas.

(b) Questionário Diagnóstico dos Territórios: Teve como finalidade registrar e descrever as práticas e indicadores culturais nas regionais que compõem o município, com atenção para a trajetória das atividades culturais.

(c) Questionário Diagnóstico das Secretarias: Levantamento de atividades e projetos desenvolvidos por cada setor da administração pública relativo a área cultural do município.

(d) Questionário Diagnóstico do Patrimônio: Buscou identificar as fragilidades relativas ao Patrimônio material e imaterial do município (UFBA, 2012d, p. 25-26).

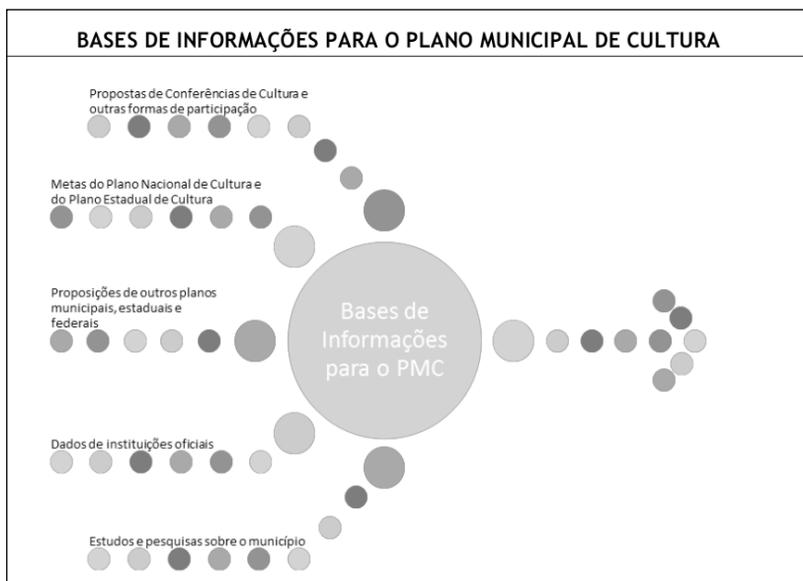
Como proposta de coleta de informações sobre as dinâmicas culturais, foi criado ainda o Mapa da Cultura que teve como objetivo congrega informações sobre os agentes, instituições e serviços ligados à cultura em cada um dos territórios formadores do município, funcionando como um cadastro cultural, no qual a inclusão ou atualização das informações foram realizadas diretamente pelos agentes culturais.

**Fonte: Elaboração das autoras.**

O diagnóstico cultural inclui a coleta e análise de dados e informações subsidiárias ao planejamento da cultura. Como fonte desses dados e informações podemos destacar as pesquisas oriundas de organismos e instituições locais, nacionais e internacionais. Além disso deve-se atentar para os estudos acadêmicos que dialogam com o tema cultura e a legislação pertinente, esta última em nível local, estadual e nacional.

O levantamento de bases de informações - coleta, organização e sistematização - sobre outros instrumentos e mecanismos que englobam a atuação pública no município são fundamentais - planos setoriais, leis orgânicas dos municípios, relatórios institucionais, pesquisas locais -, isso vai contribuir para compreender as interfaces entre os diferentes setores da administração pública, bem como conduzirá para uma compreensão coerente dos aspectos transversais e setoriais que envolvem projetos e ações.

Figura 1



Fonte: UFBA, 2012a.

Os documentos estaduais e federais que tem incidência nos municípios, merecem análises criteriosas. Neste caso, destacamos os planos de cultura. O Plano Nacional de Cultura (PNC) congrega metas e ações de caráter nacional, contudo elas não serão atingidas apenas com os esforços do Governo Federal, mas a partir de uma atuação conjunta e complementar entre os entes, respeitando

a autonomia federativa, buscando fortalecer a articulação que deve ocorrer entre os Sistemas de Cultura - Nacional, Estadual, Municipal e do Distrito Federal. Lembramos ser fundamental observar as metas estaduais e nacionais do ponto de vista do conteúdo e não da forma, portanto não devemos copiar uma meta de outro plano, senão analisá-las coerentemente e de forma crítica.

Para realizar uma análise coerente entre uma meta nacional com o contexto local, sugerimos uma reflexão a partir do enunciado da meta do PNC que desperte a análise de como o seu município está em relação a esta meta ou a este aspecto/temática. O que a administração municipal tem feito em relação a esse tipo de ação proposta no âmbito federal, em que medida é possível contribuir territorialmente com o alcance dessa projeção da política cultural brasileira e o que a sociedade civil oferece de experiências e práticas culturais que podem ser potencializadas a partir dessa iniciativa são algumas questões que podem auxiliar essa reflexão e projeção local de maneira alinhada e convergente com as metas nacionais. Isso certamente ajudará as reflexões sobre aquilo que se apresenta no cenário nacional e que tem sintonia ou não com o contexto municipal, sendo assim uma incorporação de uma meta estadual ou nacional estará legitimada e não será apenas um copiar e colar, como se verifica em alguns documentos de planos de cultura.

A coerência na formulação do diagnóstico trará uma análise detalhada de quais metas estaduais e nacionais serão contempladas em forma de complementaridade no planejamento municipal, mas nunca como uma simples repetição do seu enunciado. Nesse sentido, vale observar, por exemplo, as metas vinculadas à institucionalidade da cultura, à qualificação e formação de agentes, atores e sociedade civil no campo da cultura, aquelas voltadas para a cartografia cultural, dentre outras.

No âmbito internacional sugere-se a realização de uma pesquisa sobre os documentos da Unesco e outras instituições e organismos internacionais que têm relação com a cultura, direitos humanos, direitos culturais e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial. As políticas culturais, mesmo em âmbito territorial, estabelecem conexões com projeções e aportes internacionais, estes

podem ser importantes instrumentos mobilizadores de reflexões críticas e propositivas acerca da cultura e da realidade local.

### **Linhas de orientação para um diagnóstico participativo da cultura**

Um processo de elaboração de um plano municipal de cultura comprometido com a participação social tem início com uma boa escuta e mobilização social. Para tanto, é preciso uma liderança que reúna profissionais e colaboradores com competências diversas alinhadas ao trabalho do planejamento. Quando o processo for conduzido pelo poder público sugerimos instituir o grupo de trabalho através de decreto municipal, pois é importante se assegurar do compromisso legal do poder público. Quando for coordenado por agentes culturais e instituições da sociedade civil, vale discutir o nível de compromisso dos integrantes e realizar uma pactuação de interesses, que pode ser através de ata ou outro documento reconhecido por todos. É importante envolver atores sociais e agentes culturais dos mais diversos níveis de institucionalização, de modo a diversificar os sujeitos protagonistas das políticas públicas e garantir que o processo de elaboração de um plano de cultura e de um diagnóstico seja, de fato, uma práxis político-pedagógica.

Esse grupo organizará o trabalho de planejamento, orquestrando as atividades e ações necessárias ao planejamento, partindo da estruturação do diagnóstico cultural, opinando, atuando e fiscalizando a execução do trabalho. Também desempenhará as atividades específicas, como a organização, a sistematização e tabulação das informações coletadas, para que, em seguida, sejam diagnosticados os problemas e as potencialidades, bem como produzirão insumos para a construção das metas e ações para a superação dos desafios elencados pelo diagnóstico.

Isso evidencia sobremaneira um processo de construção democrática, no qual a participação social é fundamental para garantia de políticas públicas que assegurem os direitos fundamentais dos cidadãos, nas quais incluímos o direito à cultura.

Embora o Plano de Cultura aqui abordado seja voltado à esfera municipal, a elaboração de seu diagnóstico cultural é fortalecida se vier acompanhada de uma abordagem territorial e regional das expressões artísticas e manifestações culturais. Uma leitura do contexto é fundamental no momento de elaboração de um PMC. Conhecer o conjunto das iniciativas que envolvem o campo da cultura no território e nas suas relações intermunicipais, bem como considerar as políticas culturais e como elas são executadas, são aspectos-chave que permitirão a projeção de ações conjuntas, como consórcios municipais, circuitos culturais, ações de mobilidade e circulação artísticas, dentre outras iniciativas. Municípios próximos com características semelhantes podem se unir para encontrar alternativas comuns a seus desafios. Municípios com características diferentes e variadas muitas vezes podem se complementar no momento da projeção e execução de ações públicas para a cultura.

Uma das finalidades do diagnóstico é construir informações que contribuam efetivamente para promover uma visão sistêmica e territorial das ações culturais e das políticas públicas voltadas ao setor. Olhar para além das fronteiras do município contribui muito para uma compreensão mais ampliada das potencialidades existentes e das redes possíveis de serem tecidas no território. A cultura é sempre obra de muitas pessoas, fruto de ações coletivas, e é importante levar isso em consideração ao realizar o diagnóstico cultural. Assim como os rios e outras obras da natureza não são interrompidas com as fronteiras geográficas e um mesmo rio muitas vezes chega a percorrer vários países, acontece o mesmo com a cultura; o universo simbólico, as identidades culturais e as tradições ultrapassam as fronteiras geográficas dos municípios e correspondem a expressões de um território e culturas diversas; conhecê-las é muito importante para entender melhor a realidade de nossos municípios e poder intervir nela.

Estruturar ações de comunicação internas e externas ao órgão público municipal são estratégias que valorizam a transparência do processo e favorecem a novas contribuições ao diagnóstico. É importante que o diálogo ocorra para além dos setores interessados e o plano de divulgação a ser desenvolvido envolva o

conjunto da sociedade, oferecendo informação sobre o que está sendo feito, o que ocorrerá e como as pessoas e instituições podem participar. É coerente com esse processo o estabelecimento de uma linguagem de fácil acesso para que todos possam ter clareza sobre o que está sendo feito e como podem participar, sendo assim, vale destacar que os meios de comunicação utilizados tradicionalmente pela população são tão importantes e legítimos quando aqueles que fazem uso das tecnologias digitais. A depender do contexto municipal, eles se tornam mais eficazes, uma vez que são mais utilizados e apropriados pela população.

A elaboração de um diagnóstico participativo requer fazer uso de instrumentos de coleta de informações, elaborados e aplicados com a participação dos atores sociais e agentes culturais, afinal de contas objetiva-se coletar e analisar informações e dados da realidade local e suas dinâmicas, bem como aspectos que a afetam e a identificam. As pessoas são os referenciais que melhor podem apontar as necessidades que as afligem. É essa mesma comunidade que tem maior apropriação, conhecimento e legitimidade para contribuir na proposição de soluções adequadas às suas necessidades, afinal “no processo de análise participativa, os membros da comunidade participam na caracterização da realidade e na identificação das causas dos problemas relacionados, segundo sua própria compreensão da realidade.” (CERQUEIRA, s/d, p. 12).

Um diagnóstico pode servir a distintos propósitos, contudo nos referimos a planos de desenvolvimento cultural que é composto por diretrizes e prioridades que vão orientar as políticas a serem implementadas no município. Ele será fruto das percepções do grupo responsável por todo o arcabouço que envolverá o diagnóstico, passando pelos desdobramentos em metas e ações formuladas a partir das análises realizadas.

O trabalho colaborativo, no contexto de um diagnóstico, possibilita uma aproximação entre os indivíduos e instituições envolvidas, ampliando o debate sobre o tema em questão e visando a busca de resultados que possam indicar soluções viáveis para os problemas identificados. Para ilustrar a importância da

participação nessa construção, apresentamos a experiência realizada em São Luís do Maranhão, quando da elaboração do PMC, no período de 2012 e 2013<sup>8</sup>.

**São Luís do Maranhão/MA – Mobilização Social no contexto do diagnóstico cultural**

Para mobilização dos diversos segmentos e setores culturais da sociedade em torno do planejamento, foram realizados aproximadamente 70 encontros com 26 segmentos. Foram convocados grupos culturais e sociais, contemplando a diversidade cultural de São Luís. Dentro dos segmentos sociais foram considerados grupos de mulheres, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência. Foi realizado o Seminário do PMC, em março de 2013 com o objetivo de validar o documento final do plano de cultura, realizado na Faculdade São Luís e referendado na IV Conferência Municipal de Cultura, que aconteceu em agosto de 2013. Como estratégia principal para a mobilização social, o núcleo de elaboração fez uso da identificação de grupos, fóruns e locais de realização das ações culturais que envolviam os distintos públicos e se fez presente, com o objetivo de aproximar o diálogo com os mesmos. As principais estratégias foram as seguintes:

- (a) Identificação dos grupos culturais e sociais e seus locais de reuniões e de celebração;
- (b) Uso do cadastro de cultura popular da Fundação Cultural do Município, com o objetivo de identificar as principais lideranças dos grupos e os artistas;
- (c) Envolvimento e conhecimento sobre as dinâmicas culturais locais pelos analistas da UFBA, que foram indicados pelo Município para atuarem na elaboração do PMC devido as suas competências de mobilizadores culturais, o que contribuiu para a articulação com os demais segmentos da cultura;
- (d) Identificação, sensibilização e mobilização de outros articuladores culturais de fóruns de setores e segmentos diversos;
- (e) Suporte técnico para articulação e mobilização oferecido pelo poder público, o qual disponibilizou estrutura física e tecnológica para a comunicação com grupos e artistas;
- (f) Realização de eventos setoriais, os quais produziram relatórios para composição do diagnóstico, documentos organizados com as demandas dos setores e segmentos utilizando-se da metodologia sugerida pela UFBA para o diagnóstico cultural, o que possibilitou reunir e conhecer as demandas e aspectos específicos de cada setor envolvido;
- (g) Realização de encontros de articulação que reuniu diversos segmentos em torno dos Seminários de elaboração, onde era apresentada a metodologia do diagnóstico e do plano de cultura, de forma que todos pudessem ser informados sobre o que se queria com o planejamento público da cultura, sua importância e de como o diagnóstico cultural era fundamental para a estruturação de diretrizes, metas e ações do plano de cultura.

**Fonte: Elaboração das autoras.**

.....

8. Registro elaborado a partir da entrevista realizada em 07/08/2017, por Kátia Costa, com a Consultora da UFBA e Coordenadora do Plano Municipal de Cultura de São Luís Elizandra Rocha Araújo sobre os aspectos realizados no âmbito da mobilização social e cultural em torno do plano de cultura.

As análises no contexto do planejamento participativo irão priorizar o interesse coletivo e não individual, contudo é preciso atentar para as singularidades culturais locais, elas normalmente estão associadas à identidade e a vocação cultural do município. Essas singularidades em muitos casos incorporam ao planejamento uma identidade, expresso nas escolhas que darão sentido e direção ao planejamento, tornando-o, assim, reflexo das dinâmicas locais. Essas singularidades também reiteram a necessidade e a importância para a proteção das manifestações em situação de risco de desaparecimento e o estímulo a novas práticas culturais. Não esqueçamos ainda que a aproximação desses atores e agentes associado as discussões analíticas ajudarão para reforçar o aspecto intersetorial, visando parcerias em torno dos projetos e ações propostos com vistas a transformação pretendida, auxiliando na identificação de possíveis parceiros para o projeto de transformação que se deseja. Uma análise cuidadosa com proposições ou mesmo um plano que possa realizar o enfrentamento necessário para a superação dos desafios locais, colocando as políticas públicas como instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento municipal.

Podemos listar várias estratégias para elaboração de um diagnóstico, fazendo uso de questionários, pesquisas quantitativas e qualitativas, entrevistas estruturadas e semiestruturadas e mapeamentos, que são de extrema valia para a estruturação de indicadores culturais. A complexidade do campo cultural e de um processo democrático nos sugere construir e fazer o uso de instrumentos e metodologias que agrupem pessoas e as façam trabalhar juntas, compartilhando suas diferenças e valorizando os diferentes saberes. É preciso compreender também que uma mesma estratégia não serve para todos os grupos ou indivíduos, por isso a ideia de envolvimento de diferentes segmentos e setores culturais é de vital importância para um diagnóstico bem estruturado, assim como a combinação de diferentes ferramentas e instrumentos. Esse ambiente se constitui de contradições, diferentes visões e percepções sobre a realidade, e é isso que o torna um espaço privilegiado para a elaboração de uma leitura plural e diversa da realidade, para a elaboração de um diagnóstico cultural. Corroboramos com Gandin, quando ele afirma que:

[...] ao participar da elaboração de planos, as pessoas têm que se confrontar, sozinhas e dentro dos pequenos grupos com um mundo de ideias sobre o seu próprio fazer e da entidade como um todo; além disso vão manejar modelos, instrumentos, técnicas e conceitos de planejamento. Isto é profundamente educativo porque desenvolve, nas pessoas, a capacitação metodológica e o domínio dos pensamentos do seu campo de trabalho. (GANDIN, 2013, p. 99).

A leitura de mundo necessária para construir um diagnóstico cultural se constitui como uma experiência pedagógica, a ação-reflexão-ação própria da práxis, do desenvolvimento cultural. A sistematização dessa experiência que envolve a pluralidade de atores e agentes contempla sobremaneira a diferença e nesta arena permanente de negociação, duas habilidades são fundamentais: a de escuta e a de mediação. Tradição e inovação colocados na mesa de debate onde as contradições servem como insumos para uma convergência de interesses, traduzindo desiguais modos de ver e pensar o mundo de uma coletividade, expressando de forma clara e transparente, as singularidades culturais esquecidas que se tornam tão importantes quanto aquelas que já estão inseridos no mundo globalizado. Essa disposição demonstra compromisso com um mundo mais inclusivo e um desenvolvimento de novas capacidades sociais e culturais mais criativas e sustentáveis.

Inúmeros são os desafios experimentados no processo de realização de um diagnóstico participativo no âmbito de um plano de cultura voltado à promoção da diversidade cultural. O principal desafio é tornar o diverso convergente, de modo a contemplar os interesses e fortalecer o esforço conjunto num plano de desenvolvimento. A aproximação entre diferentes atores e agentes possibilita uma reflexão crítica grupal sobre a realidade cultural local, valorizando e produzindo um espaço com autonomia e protagonismo, além de apropriação simbólica relevante. Gandin reitera que o “planejamento participativo pensa a participação de maneira ampla e radical. Por isso, além de pensá-la como distribuição de poder, estabelece, metodologicamente, processos de vivenciá-la.” (GANDIN, 2013, p. 99). O objetivo a ser perseguido é a construção de bases

sólidas para a construção das políticas públicas de cultura que venham refletir sobre a realidade local.

Uma questão importante é trabalhar conceitos relacionados a temas e expressões que podem ser de conhecimento geral da população ou não. Várias são as expressões que integram a literatura específica da área da cultura e precisam ser conceitualmente explicadas por não serem amplamente difundidas e assimiladas. O mesmo ocorre com os códigos e sentidos locais que compõem a linguagem e as expressões culturais de um território, bairro ou comunidade. A difusão desses significados impulsiona a práxis reflexiva, o processo de ação-reflexão-ação que proporciona novos olhares sobre que é comum entre as partes envolvidas. Os resultados podem ser surpreendentes, tanto do ponto de vista da construção de propostas como em relação à sinergia dos participantes envolvidos.

Isso não só promove um alinhamento conceitual entre os elaboradores do diagnóstico como amplia a compreensão acerca dos aspectos que estão relacionados ao campo das políticas e gestão da cultura na atualidade. A ideia central nessa construção política é aprender junto, compartilhando saberes e construindo conhecimentos.

Pudemos aqui refletir sobre a importância do diagnóstico participativo, das peculiaridades a serem observadas em relação à realidade cultural que se quer mapear para propor ações públicas de cultura voltadas a esses desafios e potencialidades. O planejamento exige um diagnóstico analítico da realidade presente, contudo fatores diversos fazem com que passado e presente se encontrem, especialmente porque lidamos com a história cultural de um povo. A cultura é prioritariamente o campo do simbólico, da criatividade, mas que na atualidade vem sendo associada ao aspecto econômico, o que agrega distintas perspectivas. Compreender a cultura na contemporaneidade requer compreender também processos históricos e civilizatórios que influenciam nos modos de manifestação, de produção e promoção cultural, incidindo tanto sobre os modos de manifestação quanto sobre a forma das pessoas enxergarem esse novo mundo.

As políticas culturais, por sua vez, apresentam importantes instrumentos de transformação da realidade, em especial nos municípios, território onde a cultura se manifesta mais fortemente na vida das pessoas. A formulação de políticas culturais passa pela ideia de que é preciso não só conhecer como a cultura se manifesta e é experimentada localmente pelas pessoas, mas realizar uma análise cuidadosa sobre os dados e informações referentes à sua produção, acesso, difusão, consumo, fruição, institucionalidade e fomento. Esse conhecimento e análises permitirão dar consistência e precisão às ações públicas necessárias para as transformações desejadas.

Para Calabre (2014), é necessária a elaboração de mais trabalhos analíticos sobre a gestão municipal que combinem e articulem bases qualitativas e quantitativas. Essas análises buscam compreender as tendências gerais sobre a gestão pública como também identificar e tratar as peculiaridades de cada município com a atenção necessária. Interpretando o conceito de desenvolvimento de Celso Furtado, Brandão (2015) defende o desmonte das estruturas de dominação que impedem o enriquecimento cultural e limitam uma maior apropriação das tecnologias e de novos padrões de sociabilidade e civilizatórios.

Uma compreensão alargada do conceito de cultura ainda se apresenta como desafio neste início de Século 21. Se considerarmos as visões autoritárias, reacionárias e elitistas que vigoram no Brasil a despeito de todo esforço democrático, identificamos ser urgente incidir politicamente na disputa simbólica em torno da compreensão de cultura como direito e cidadania; economia e desenvolvimento; arte, identidade e memória. A valorização, o uso e a difusão dos mecanismos de participação social é uma ação hoje prioritária no âmbito das políticas culturais, para frear retrocessos e descontinuidades em curso. Superar tais contradições requer uma mudança de cultura política que reflita numa compreensão de cultura como dimensão fundamental do desenvolvimento. Sendo assim, a cultura assume uma posição central para as políticas de desenvolvimento, passando para um plano estruturante e não apenas instrumental.

## Referências

- BOTELHO, Isaura. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15, n.2, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. (Sub) **Desenvolvimento, Diversidade Cultural, Criatividade e o Desenvolvimento local/regional no Brasil**. In: Cultura e Desenvolvimento: reflexões à luz de Celso Furtado. Org. BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Salvador; Brasília: EDUFBA, 2015. p. 67-92.
- BRASIL, Ministério da Cultura. **Entendendo a Convenção da Diversidade**. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset\\_publisher/WORBGxCla6bB/content/entendendo-a-convencao-da-diversidade/10913](http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset_publisher/WORBGxCla6bB/content/entendendo-a-convencao-da-diversidade/10913). Acesso em: 24 julho 17.
- BRITTO, Neuza Haffner. **Planos Municipais de Cultura: guia de elaboração**. Escola de Administração da UFBA, 2017.
- BUARQUE, Sérgio José Cavalcanti. **Metodologia de Planejamento**. In. Construindo o Desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro. Garamond, 2008. p. 95-120.
- CALABRE, Lia. **Política cultural y territorios**. In. Políticas culturales públicas: culturas locales y diversidad cultural desde un enfoque geo cultural. TASAT, José Alejandro (org.). 1ª edição. - Saenz Peña: Universidad de Tres de Febrero, 2014. p. 16-22.
- CERQUEIRA, Luciano. **Guia do Diagnóstico Participativo**. FLACSO Brasil, ago.2015. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2015/08/Guia-do-Diagnostico-Participativo.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. São Paulo: EFPA, 2006.
- DO VAL, Ana Paula. **Cartografias Afetivas**. In: BORDAS, Marie Ange (ed.) Caderno Sesc\_VideoBrasil 09: geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2013.
- DO VAL, Ana Paula; LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; VASCONCELOS-OLIVEIRA, Maria Carolina (org.); PINTO, Viviane (org.). **Participação e cidadania cultural - A experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial e Secretaria Municipal de Cultura, 2014. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3ConfPublicacaoPDF\\_1402497067.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3ConfPublicacaoPDF_1402497067.pdf). Acesso em: 07 ago. 2017.
- FREIRE, Paulo, **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**, São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GANDIN, Danilo. **Soluções de Planejamento para uma prática estratégica e participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, Elaboração de estudos socioeconômicos**. Campinas: Alínea, 2001.
- LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; VILUTIS, Luana; CORÁ, Maria Amélia Jundurian (Orgs.). **Plano Municipal de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016. Disponível em: [http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/PMC\\_FINAL.pdf](http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/PMC_FINAL.pdf) Acesso em: 29 jul. 2017.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais: entre o possível e o impossível**. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.) Teorias e políticas da cultura. Visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007a, p. 139-158.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único a consciência universal**. 18ª edição \_ Rio de Janeiro: Record, 2009.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Premissas e Princípios para Elaboração de Planos de Cultura**. In: Guia de Orientação para Construção de Planos Municipais de Cultura. Projeto MinC-UFBA, 2012a. Disponível em: <[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu\\_doc/guia\\_orientacao\\_pmc.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/guia_orientacao_pmc.pdf)> Acesso em: 27 jul. 2017.

UFBA, Universidade Federal da Bahia, Projeto MinC-UFBA. **I Relatório de Processo: Anexo V – Levantamento da Infraestrutura da Cultura à Luz das Metas do Plano Nacional de Cultura**. Documento interno do Projeto de Apoio a Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Capitais e de Cidades de Regiões Metropolitanas. Salvador, 2012b. s/p.

UFBA, Universidade Federal da Bahia, Projeto MinC-UFBA. **II Relatório de Processo: Maio de 2012**. Documento interno do Projeto de Apoio a Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Capitais e de Cidades de Regiões Metropolitanas. Salvador, 2012c. p. 75-91.

UFBA, Universidade Federal da Bahia, Projeto MinC-UFBA. **Perfil Situacional do Município Fortaleza - CE**. In: III Relatório de Processo: Documento interno do Projeto de Apoio a Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Capitais e Regiões Metropolitanas. Salvador, 2012d. p. 25-26.

UFBA, Universidade Federal da Bahia, Projeto MinC-UFBA. **Perfil Situacional do Município de São Caetano do Sul - São Paulo**. In: Relatório de Processo: Documento interno do Projeto de Apoio a Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Capitais e de Cidades de Regiões Metropolitanas. Salvador, 2012e.

UFBA, Universidade Federal da Bahia, Projeto MinC-UFBA. **Perfil Situacional do Município de São Luís do Maranhão - MA**. In: III Relatório de Processo: Documento interno do Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Capitais e Regiões Metropolitanas. Salvador, 2012f. p. 69-72.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Unesco, 2005.

VETTORASSI, Andréa. **Mapas afetivos: recursos metodológicos baseados na história oral e reflexões sobre identidades espaciais e temporais em estudo sociológico**. In: História e Cultura, Franca, v.3, n.3, p.155-176, dez. 2014.

## Links:

BH Faz Cultura \_ Belo Horizonte (MG) - <http://mapaculturalbh.pbh.gov.br>

Blumenau Mais Cultura \_ Blumenau (SC) - <http://blumenaumaiscultura.com.br/>

Cadastro Nacional de Museus - <http://renim.museus.gov.br/>

Cultura MT \_ Mato Grosso - <https://mapas.cultura.mt.gov.br/>

Cultura RS \_ Rio Grande do Sul - <http://mapa.cultura.rs.gov.br/>

CulturAZ \_ Santo André (SP) - <http://culturaz.santoandre.sp.gov.br/>

JP Cultura \_ João Pessoa (PB) - <http://jpcultura.joaopessoa.pb.gov.br/>  
Lugares da Cultura - São José dos Campos (SP) - <http://lugaresdacultura.org.br/>  
Mapa Cultural do Ceará - Ceará - <http://mapa.cultura.ce.gov.br/>  
Mapa Cultural ES - <http://mapacultural.es.gov.br/>  
Mapa da Cultura - MinC - <http://mapas.cultura.gov.br/>  
Mapa nas Nuvens - DF - <http://mapa.cultura.df.gov.br/>  
Mapas Culturais - <http://sniic.cultura.gov.br/sobre/mapas-culturais-apoio-para-estados-e-municipios/>  
Portal de dados abertos - <http://dados.cultura.gov.br/>  
Portal de Indicadores - <http://sniic.cultura.gov.br/indicadores/>  
Rede Cultura Viva - <http://culturaviva.gov.br/>  
Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - <http://snbp.culturadigital.br/>  
Sobral Cultura \_ Sobral (CE) \_ <http://cultura.sobral.ce.gov.br/>  
SP Cultura \_ São Paulo (SP) \_ <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>  
SP Estado da Cultura \_ São Paulo \_ <http://estadodacultura.sp.gov.br/>  
Mapas Culturais: <https://culturaecomunicacao.com.br/2016/09/23/mapas-culturais/>  
Mapas Culturais no Ministério da Cultura - <http://culturadigital.br/sniic/2015/08/26/mapas-culturais-no-ministerio-da-cultura/>  
Mapeamentos \_ III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo: <http://www.itaucultural.org.br/observatorio-noticias/mapeamentos-iii-conferencia-municipal-de-cultura-de-sao-paulo/>  
O SNIIC do Século XXI, 04 fev. 2015 - <http://culturadigital.br/sniic/2015/02/04/o-sniic-do-seculo-xxi/>